



Regulamento Geral Interno
da
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BENESPERA

- Art.º 1.º** - A Associação tem o nome de **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BENESPERA**. Foi fundada em **26 de Março de 1980** e tem a sua sede no sítio das **CORTES** da freguesia de **Benespera** do concelho da **Guarda**.
- Art.º 2.º** - Tem por fim a promoção cultural dos associados, através da educação cultural, física e desportiva e a acção recreativa, visando a sua formação humana integral, encontrando-se aberta a todos os cidadãos.
- Art.º 3.º** - São órgãos da Associação a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal, cuja competência e funcionamento se regem pela Lei aplicável, nomeadamente os artigos 167 e seguintes do código civil. Relativamente à Mesa da Assembleia-geral, à Direcção e ao Conselho Fiscal:
- a) São constituídos por número ímpar de elementos, um dos quais será o Presidente.
 - b) Podem ser criadas secções para coadjuvar a Direcção.
- Art.º 4.º** - A Associação é representada por toda a Direcção, cujo Presidente tem função coordenadora, e a ela compete a iniciativa e a superintendência em todas as suas actividades.
- Art.º 5.º** - Internamente, a Assembleia Geral é soberana e perante ela responde a Direcção, cuja actividade está sujeita permanentemente à inspecção do Conselho Fiscal.
- Art.º 6.º** - Constituem património da Associação as receitas da quotização dos associados e das taxas cobradas pelos serviços e, mediante deliberação da Assembleia Geral, quaisquer bens adquiridos por doação, deixa testamentária ou a título oneroso.
- Art.º 7.º** - A Associação durará por tempo indeterminado mas, no caso de se dissolver pelos motivos constantes da lei, reverterá o seu património a favor de quem for deliberado em Assembleia Geral.
- Art.º 8.º** - Poderá ser admitido como associado da Associação qualquer cidadão cujo proponente (ou proponentes) se responsabilize(m) pelo comportamento moral e cívico.
- Art.º 9.º** - Nos casos omissos neste Estatuto, rege o **Regulamento Geral Interno**, cuja aprovação compete à Assembleia Geral.



CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO - FINS - SEDE - GENERALIDADES

- Art.º 1.º** A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BENESPERA é uma colectividade cultural, recreativa e desportiva, sem fins lucrativos, fundada em 26 de Março de 1980 e passa a ter este Regulamento Geral Interno ao qual se confere, no âmbito da Colectividade, a força dos Estatutos, desde que aprovado em Assembleia Geral.
- Art.º 2.º**
1. A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BENESPERA tem por fim e como objecto;
 - a) Estabelecer a união entre sócios e defender os seus interesses;
 - b) Providenciar no sentido de desenvolver o convívio entre os associados e seus familiares em manifestações de âmbito cultural e recreativo;
 - c) Lutar pelo estrito cumprimento das práticas culturais, recreativas e desportivas, dentro da legalidade;
 - d) Proporcionar aos seus associados desenvolvimento intelectual e físico, através de actividades culturais, recreativas, desportivas e de caça e pesca;
 - e) Desenvolver acções de prática e apoio social local, gerindo lares e centros de dia;
 - f) Gerir ou participar na gestão de zonas de caça prosseguindo de entre outros, os seguintes fins:
 - Contribuir para o fomento dos recursos cinegéticos e para a prática ordenada e melhoria do exercício da caça;
 - Ter finalidade recreativa e formativa dos caçadores em geral;
 - Promover ou apoiar cursos e, ou acções formativas e de reciclagem junto dos associados, com vista à obtenção de cartas de caçador;
 - Promover ou apoiar cursos e acções sobre formação e reciclagem de gestão de zonas de caça, conservação da fauna e dos seus habitats;
 - Fomentar e zelar pelo cumprimento das normas legais de caça;
 - Procurar harmonizar os interesses dos caçadores com os dos proprietários, agricultores e demais cidadãos interessados em preservar a fauna, preconizando acções nesse sentido.
 2. A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BENESPERA colaborará, no âmbito das suas actividades, com total independência, para a criação das condições expressas na Constituição da República Portuguesa.
 3. A vida interna da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BENESPERA rege-se segundo os princípios democráticos pelo que será um dever e um direito de todos os associados o exercício da liberdade de opinião, de discussão e de deliberação nas condições definidas neste Regulamento Geral Interno.



4. Com vista a assegurar a unidade da colectividade e a salvaguarda dos direitos de todos e cada um dos associados, não será permitida a criação de organismos autónomos dentro da colectividade.

5. A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BENESPERA orienta a sua acção dentro de princípios verdadeiramente democráticos de solidariedade e união fraterna com todas as colectividades, clubes e outras organizações recreativas, culturais e desportivas, nacionais e estrangeiras, desde que visem atingir objectivos comuns.

Art.º 3.º A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BENESPERA tem a sua sede no sítio das Cortes, Benespera, concelho de Guarda, podendo utilizar ou possuir instalações em qualquer outra localidade.

Art.º 4.º À Direcção é permitido recrutar colaboradores, entre os associados, para agregá-los aos Pelouros carecidos de reforço, nas condições e com as competências e prerrogativas, definidas pelo Regulamento Geral Interno.

Art.º 5.º A Assembleia Geral ou a Direcção podem nomear comissões para a realização de tarefas transitórias ou de colaboração especial ou técnica, as quais cessam a sua actividade quando concluídos os respectivos trabalhos.

Art.º 6.º São expressamente proibidos nas instalações da Associação quaisquer jogos de azar.

Art.º 7.º Só a Assembleia Geral tem poderes para fixar os valores da jóia e das quotas associativas e autorizar a Direcção a contrair empréstimos, adquirir ou alienar bens imóveis.

Art.º 8.º O Regulamento Geral Interno, ou regulamentos específicos, desde que aprovados pela Assembleia Geral e não colidam com os Estatutos, adquirem valor estatutário.

Art.º 9.º Com a aprovação deste Regulamento Geral Interno consideram-se revogadas outras disposições que anteriormente serviram para reger a vida interna da Colectividade.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

SECÇÃO I

COMPOSIÇÃO

Art.º 10.º A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BENESPERA é composta por um número ilimitado de associados.



Art.º 11.º Qualquer indivíduo pode, por si ou pelos seus legais representantes, requerer a sua admissão como associado da Associação, a qual se processará nas condições estabelecidas no Regulamento Geral Interno.

Art.º 12.º 1. Os associados que tenham pedido a demissão podem ser readmitidos, não sendo permitidas, contudo, mais de duas readmissões.

2. Os indivíduos que tendo perdido a qualidade de associados, a tentem readquirir de forma fraudulenta, não podem voltar a ser associados da Associação.

SECÇÃO II

CLASSIFICAÇÃO

Art.º 13.º 1. Os associados classificam-se:

- a) Efectivos;
- b) De Mérito;
- c) Beneméritos;
- d) Honorários.

2. São efectivos todos os associados, em geral.

3. São associados de mérito os praticantes de actividades culturais, recreativas e desportivas e os dirigentes e associados que pela sua acção em prol da Associação se revelem merecedores dessa distinção.

4. São associados beneméritos as pessoas singulares ou colectivas que, em virtude de dádivas valiosas à Associação se revelem merecedoras dessa distinção.

5. São associados honorários as pessoas singulares ou colectivas que se distingam por serviços relevantes prestados à causa da cultura, do desporto e do associativismo.

6. Os associados de mérito, beneméritos e honorários são proclamados pela Assembleia Geral, sob proposta fundamentada da Direcção ou de, um número mínimo de 5 associados efectivos.

Art.º 14.º **ADMISSÃO DE ASSOCIADOS EFECTIVOS:**

1. A admissão de associados efectivos é feita através de uma proposta de modelo adoptado pela Direcção, acompanhada de 2 fotografias subscrita pelo próprio ou por legal representante e avalizada por um associado proponente no pleno gozo dos seus direitos.



2. A proposta será afixada durante oito dias, em local bem visível, das instalações da sede, podendo a admissão ser impugnada por qualquer associado por razões fundamentadas.

3. Findo o prazo indicado no número 2 deste artigo, a proposta será presente à primeira reunião de Direcção que a seguir se realizar, que a aprovará se não houver impugnação ou enviará ao Conselho Fiscal, para dar parecer, no caso de ter sido impugnada.

Art.º 15.º MOTIVOS IMPEDITIVOS DA ADMISSÃO

Não serão admitidos como associados os indivíduos cuja conduta moral ou cívica não se enquadre nos objectivos propostos pela colectividade.

Art.º 16.º READMISSÃO DE ASSOCIADOS

1. Os associados excluídos por falta de pagamento de quotas, nos termos do artigo 18.º, n.º 5, deste regulamento, só poderão ser readmitidos mediante o pagamento de todas as quotas em débito que motivaram a baixa de associado e após parecer favorável da Direcção.

2. A readmissão prevista no número anterior não confere ao associado o direito de readquirir a posição anterior, considerando-se como um novo associado.

3. Os associados que tenham pedido a demissão poderão ser readmitidos e readquirir o número de associado que tinham à data da admissão, se entretanto não tiver ocorrido revisão de numeração, desde que paguem todas as quotas desde a data de demissão até à data da readmissão.

4. Os associados eliminados por outra razão que não a indicada no número 1. deste artigo, só poderão ser readmitidos por deliberação da Assembleia Geral.

SECÇÃO III

DIREITOS

Art.º 17.º SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS:

1. Participar activamente em todas as actividades da Associação.

2. Frequentar a sede e as instalações sociais e desportivas nas condições estabelecidas nos regulamentos.



3. Representar a colectividade em manifestações de carácter cultural, recreativo e na prática da educação física e dos desportos e praticar essas mesmas actividades nas instalações próprias.
4. Tomar parte nas Assembleias Gerais, votar, eleger e ser eleito.
5. Requerer a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias, nos termos estabelecidos nos regulamentos.
6. Examinar as contas, os documentos e livros da Associação, um mês antes da Assembleia Geral.
7. Solicitar informações aos órgãos sociais, apresentar sugestões de utilidade para a colectividade e para os fins que ela visa.
8. Reclamar ou recorrer para o órgão social competente, das decisões ou deliberações que considerem contrárias às disposições deste Regulamento Geral Interno.
9. Só os sócios efectivos que tenham condições para se inscrever no INATEL e que sejam moradores no concelho da Guarda, gozam dos direitos e regalias dos CCDs, nos termos do artº 5º do Regulamento dos Centros de Cultura e Desporto.

SECÇÃO IV

DEVERES

Art.º 18.º SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS:

1. Honrar a qualidade de associado e defender intransigentemente o prestígio e a dignidade da Associação, dentro das melhores normas da educação cívica.
2. Cumprir os Estatutos e os regulamentos, assim como as decisões dos dirigentes, mesmo quando, por delas discordarem, se reservem o direito de reclamar ou recorrer para os órgãos sociais competentes.
3. Aceitar o exercício de cargos para que tenham sido eleitos ou nomeados, salvo no caso de justificado impedimento, desempenhando-os com apuro que dignifique a Associação, e dentro da orientação fixada pelos Estatutos e Regulamentos ou pelos órgãos sociais a que pertençam.



4. Exercer gratuitamente os cargos dos Corpos Gerentes e de Comissões para que seja eleito ou nomeado.
5. Pagar as quotas e outras contribuições obrigatórias, dentro dos prazos estabelecidos pela Direcção.
6. Prestar a colaboração que pela Associação lhe for solicitada.
7. Manter bom comportamento moral e cívico dentro das instalações da Associação, identificando-se sempre que para tal seja solicitado.
8. Representar a Associação quando disso forem incumbidos, actuando em harmonia com a orientação definida pelos dirigentes ou órgãos sociais.
9. Pagar as indemnizações devidas pelos prejuízos que causem aos bens patrimoniais da Associação.
10. Participar por escrito à Direcção sempre que qualquer dos dados inscritos na proposta de admissão do associado sofra alterações.

Art.º 19.º O disposto no número 3 do artigo anterior respeita apenas aos associados efectivos e de mérito.

Art.º 20.º Os associados de mérito, beneméritos e honorários estão isentos do pagamento de quotas.

SECÇÃO V

REGIME DISCIPLINAR

Art.º 21.º 1. Os associados que infringirem os Estatutos ou os regulamentos internos ficarão sujeitos às seguintes sanções:

- a) Eliminação de associado;
- b) Admoestação;
- c) Repreensão registada;
- d) Suspensão até três meses;
- e) Suspensão até um ano;
- f) Expulsão.

2. A sanção prevista na alínea a) do número anterior será automaticamente aplicada aos associados que deixem de pagar as suas quotas por um período definido pela Direcção.



3. As sanções das alíneas a) a d) do número 1 deste artigo são da competência da Direcção e as sanções das alíneas e) e f) do mesmo número competem à Assembleia Geral, mediante proposta da Direcção.

4. As sanções previstas nas alíneas d), e) e f) do número 1 deste artigo não poderão ser aplicadas sem que ao associado sejam dadas todas as possibilidades de defesa em adequado processo disciplinar.

Art.º 22.º Só a Assembleia Geral tem poderes para aplicar sanções a membros dos Corpos Gerentes e Mesa da Assembleia Geral.

Art.º 23.º O regime disciplinar dos atletas e praticantes de actividades culturais, recreativas e atletas de modalidades desportivas constará dos regulamentos específicos dos respectivos pelouros, sem prejuízo do regime disciplinar previsto neste Regulamento Geral Interno, para todos os associados.

Art.º 24.º 1. Sempre que a natureza das faltas cometidas implique a instauração de processo disciplinar, fica o associado arguido suspenso dos seus direitos associativos até deliberação do órgão competente da Associação.

2. A suspensão referida no número 1 deste artigo não pode exceder noventa dias, durante os quais o órgão competente deverá pronunciar-se sobre o processo disciplinar. Não havendo resolução sobre o processo disciplinar dentro do referido prazo, será o associado suspenso reintegrado no gozo dos seus direitos associativos, independentemente de resolução posterior.

Art.º 25.º A competência para suspender os direitos associativos, nos termos do artigo 21.º, pertence à Direcção em relação à generalidade dos associados e à Assembleia Geral em relação aos Corpos Gerentes.

Art.º 26.º A suspeita de crime de desvio de fundos ou valores da Colectividade praticado por associados, e independentemente dos cargos que eventualmente sejam ocupados pelos primeiros, obriga a Direcção a participar o ocorrido à Assembleia Geral e a mesma deverá, se for caso disso, decretar a suspensão imediata dos suspeitos, à organização urgente de um inquérito interno e, em função dos resultados deste, à apresentação do caso ao poder judicial, se existirem indícios. Se a suspeita incidir sobre um associado a Assembleia Geral será convocada para decidir da sua expulsão.

Art.º 27.º A Assembleia Geral que seja convocada para apreciar a suspensão de um associado com vista à aplicação de sanções que sejam da sua exclusiva competência, deverá ter esse ponto de discussão referido na sua Ordem de Trabalhos e deve a Direcção ter convidado por escrito, e carta registada, com a antecedência mínima de quinze dias, o associado suspenso a se apresentar para a sua defesa. Se apesar de convocado, o associado suspenso não estiver presente - salvo por motivo de força maior devidamente comprovado - deve a Assembleia Geral discutir o caso como se ele estivesse presente, embora



seja obrigada a fazer a leitura de qualquer documento que ele tenha enviado com as suas alegações.

CAPITULO III

CORPOS GERENTES

SECÇÃO I

GENERALIDADES

Art.º 28.º A eleição dos membros da Direcção e do Conselho Fiscal, bem como todos os membros da Mesa da Assembleia Geral, é feita por escrutínio secreto de três em três anos, sendo elegíveis os associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos estatutários, que não exerçam cargos remunerados pela colectividade.

Art.º 29.º 1. Perdem o mandato os membros dos Corpos Gerentes que abandonem o lugar ou peçam a demissão e aqueles a quem forem aplicadas as sanções a) a f) do art.º 21.º número 1.

2. Constitui abandono do lugar e, portanto, a sua vacatura, a verificação de quatro faltas seguidas ou de oito alternadas, não justificadas, às reuniões dos respectivos órgãos.

Art.º 30.º 1. Em caso de demissão ou abandono do lugar que provoque falta de "quorum" ou dificuldades ao funcionamento de qualquer dos órgãos dos Corpos Gerentes, será convocada uma Assembleia Geral extraordinária para preenchimento dos cargos vagos.

2. Na impossibilidade de eleições de novos membros que garantam o "quorum" dos respectivos órgãos, a Assembleia Geral tomará as medidas necessárias para assegurar a gestão da colectividade.

3. No caso de demissão colectiva da Direcção, os seus membros permanecerão em funções até à posse de nova Direcção a qual deverá ter lugar no prazo máximo de trinta dias, cumprindo-se neste caso o estipulado no Capítulo V - Eleições, deste Regulamento Geral Interno.

Art.º 31.º 1. As reuniões da Direcção, do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral são convocadas pelos respectivos presidentes salvo nos casos previstos e noutros artigos deste Regulamento Geral Interno.

2. As reuniões conjuntas dos Corpos Gerentes serão convocadas e presididas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, sob proposta de qualquer um dos Corpos Gerentes, sendo dessas reuniões lavradas actas em livro próprio.



3. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes nas reuniões.

Art.º 32.º Nenhum associado pode ocupar, simultaneamente, mais de um cargo nos Corpos Gerentes.

Art.º 33.º Independentemente do período de duração dos seus mandatos, os Corpos Gerentes iniciarão os seus exercícios no começo do ano civil.

SECÇÃO II

ASSEMBLEIA GERAL

Art.º 34.º A Assembleia Geral é composta pelos associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos estatutários, e nela é formada a expressão da vontade geral da Colectividade.

Art.º 35.º A Assembleia Geral detém a plenitude do poder da Colectividade, é soberana nas suas deliberações, dentro dos limites das leis e deste Regulamento Geral Interno, e compete-lhe, para além das competências específicas fixadas no Regulamento Geral Interno, fazer cumprir os objectivos da Colectividade e apreciar e deliberar sobre todos os assuntos do interesse da Colectividade.

Art.º 36.º 1. A Mesa da Assembleia Geral será constituída por um Presidente, um Vice Presidente e dois secretários.

2. No caso de ausência ou impedimento de membros da Mesa da Assembleia Geral nas reuniões da mesma, esta nomeará substitutos "ad-hoc", de entre os associados efectivos presentes.

3. As funções e competências dos componentes da Mesa da Assembleia Geral são definidas nos artigos 42.º, 43.º, 44.º e 45.º.

Art.º 37º 1. As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias e delas se lavrarão actas em livro próprio.

2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:

a) Até 31 de Março de cada ano, para apreciação, discussão e votação do relatório e contas da Direcção e o respectivo parecer do Conselho Fiscal e para apresentação, discussão e votação do Orçamento das Receitas e Despesas da Colectividade para o ano seguinte;

b) Durante o mês de Dezembro, de três em três anos, para eleição dos órgãos sociais

3. A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente:



a) Por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, nos casos previstos neste Regulamento Geral Interno;

b) A requerimento da Direcção ou do Conselho Fiscal;

c) A requerimento de um mínimo 20 associados efectivos no gozo dos seus direitos estatutários.

4. As convocatórias para a reunião da Assembleia Geral são feitas, simultaneamente por meio de aviso aos associados em:

a) Afixação de anúncio nas instalações da Colectividade

b) Por carta através dos CTT.

5. A antecedência mínima para os anúncios deve ser de 8 dias, devendo a convocação indicar o dia, a hora e o local de reunião, bem como a respectiva ordem de trabalhos.

6. Para o funcionamento das reuniões da Assembleia Geral convocadas nos termos da alínea c) do número 3 deste artigo é necessária a presença de três quartos dos associados requerentes, cuja comprovação será feita numa única chamada.

Art.º 38.º 1. São nulas e de nenhum efeito as deliberações tomadas sobre matéria estranha à Ordem de Trabalhos das reuniões da Assembleia Geral.

2. O disposto no número anterior não se aplica a deliberações respeitantes a simples votos de saudação ou de pesar.

Art.º 39.º 1. Para legal funcionamento da Assembleia Geral ordinária em primeira convocatória é necessária a presença da maioria absoluta dos associados efectivos.

2. A Assembleia Geral funciona em segunda convocatória, meia hora depois da que estiver marcada, com a mesma Ordem de Trabalhos, qualquer que seja o número de associados presentes.

Art.º 40.º As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes no momento da votação, excepto:

a) De três quartos dos associados presentes no momento da votação, se se tratar de deliberações sobre alterações de Estatutos;

b) De três quartos dos associados efectivos, se se tratar de deliberação sobre fusão ou dissolução da Colectividade (ver observações no final);



c) De três quartos dos associados efectivos presentes no momento da votação, se se tratar de autorizar a Direcção a contrair compromissos financeiros que excedam a capacidade de solvência previsível nos Projectos de Orçamento das Gerências de um mandato.

Art.º 41.º Convocação de reuniões:

No caso de impedimento dos respectivos presidentes a convocação das reuniões da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal será feita:

- a) Assembleia Geral - pelo Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- b) A Direcção - pelo Vice-presidente ou, na ausência deste pelos Secretários ou Tesoureiro;
- c) Conselho Fiscal - pelo Secretário.

Art.º 42.º Compete em especial à Assembleia Geral:

- a) Eleger os Corpos Sociais;
- b) Apreciar e deliberar, anualmente, sobre o orçamento das receitas e despesas para o ano seguinte;
- c) Apreciar e deliberar, anualmente, sobre o Relatório e Contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano anterior;
- d) Deliberar sobre as alterações aos Estatutos e do Regulamento Geral Interno;
- e) Deliberar sobre questões disciplinares previstas nos termos deste Regulamento Geral Interno;
- f) Apreciar e deliberar sobre recursos de decisões dos órgãos dirigentes;
- g) Deliberar sobre a fusão ou dissolução da Colectividade;
- h) Deliberar sobre os quantitativos da jóia e quotas associativas;
- i) Autorizar a contrair empréstimos ou a adquirir e alienar bens imóveis;
- j) Apreciar e deliberar sobre todos os assuntos que lhe sejam requeridos pelos associados e pelos órgãos sociais;
- l) Elaborar, apreciar e aprovar programas de desenvolvimento a médio prazo.



- Art.º 43.º** Competência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
- a) Convocar as sessões da Assembleia Geral e presidir às mesmas, dirigindo os trabalhos com a colaboração dos Secretários;
 - b) Convocar e dirigir as reuniões da Mesa da Assembleia Geral;
 - c) Dar posse aos membros dos Corpos Sociais, no prazo devido;
 - d) Assinar as actas das Assembleias Gerais;
 - e) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar as folhas dos livros de actas da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal e outros que se reconheçam necessários;
 - f) Comunicar à Assembleia Geral quaisquer irregularidades de que tenha conhecimento;
 - g) Assistir às reuniões de Direcção e do Conselho Fiscal, sem direito a voto;
 - h) Presidir às sessões de esclarecimento nos períodos eleitorais.
- Art.º 44.º** Competência do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral :
- a) Compete ao Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos, assumindo nestas circunstâncias todas as funções deste.
- Art.º 45.º** Competências dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral:
- 1. a) Preparar, expedir e fazer publicar os avisos convocatórios de reuniões da Assembleia Geral;
 - b) Elaborar o expediente das reuniões da Assembleia Geral;
 - c) Redigir e assinar as actas da Assembleia Geral;
 - d) Informar os associados, pelas formas adequadas, das deliberações da Assembleia Geral;
 - e) Executar todas as tarefas de que forem incumbidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
 - f) Assistirem às reuniões da Direcção e do Conselho Fiscal, sem direito a voto.



2. Durante as sessões das Assembleias Gerais as funções dos Secretários serão as seguintes:

a) Do primeiro Secretário:

- Ler todo o expediente e moções ou projectos enviados à Mesa por qualquer dos órgãos dos Corpos Gerentes ou pelos associados presentes na Assembleia Geral;
- Ocupar-se da correspondência da Mesa, decorrente das resoluções tomadas em Assembleia Geral.

b) Do Segundo Secretário:

- Ler no início de cada Assembleia Geral a acta da Assembleia Geral anterior, para discussão e votação;
- Redigir a acta da Assembleia Geral no livro para esse efeito destinado;
- Preocupar-se pela segurança e conservação dos livros de actas e presenças, e pela correspondência derivada das Assembleias Gerais que, guardadas no arquivo geral da Colectividade, devem, no entanto, estar à disposição dos associados e dos Corpos Gerentes para consulta.

SECÇÃO III

DIRECÇÃO

Art.º 46.º A Direcção é composta por um mínimo de 5 elementos sendo obrigatório 1 Presidente, 1 Vice-Presidente, 1 Tesoureiro, 1 Secretário e 1 Vogal.

Art.º 47.º A Direcção deverá reunir uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o Presidente a convoque.

Art.º 48.º Compete em especial à Direcção:

- a) Dirigir e coordenar as actividades da Colectividade com vista à realização completa dos seus objectivos;
- b) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos e o Regulamento Geral Interno e as deliberações da Assembleia Geral;
- c) Aplicar o regime disciplinar previsto no Regulamento Geral Interno;
- d) Admitir e rejeitar pedidos de admissão de associados;



- e) Admitir e demitir empregados, gerindo a sua actividade e aplicando as cláusulas contratuais vigentes;
- f) Gratificar monitores ou orientadores ao serviço das actividades culturais, dentro dos limites consentidos por critérios de estrita economia e tendo em vista apenas a justa compensação das despesas ou prejuízos pessoais decorrentes dos serviços prestados.
- g) Representar a Colectividade ou nomear quem a possa representar;
- h) Administrar os bens e gerir os fundos da Colectividade.
- i) Submeter à apreciação da Assembleia Geral os assuntos sobre os quais esta deve pronunciar-se;
- j) Elaborar ou colaborar na elaboração e sancionar regulamentos internos que não sejam da competência da Assembleia Geral;
- l) Nomear colaboradores;
- m) Elaborar e apresentar, anualmente, à Assembleia Geral, o Relatório e Contas da Gerência, bem como o Orçamento para o ano seguinte;
- n) Receber da Direcção cessante e entregar à nova Direcção todos os valores inventariados à data do encerramento das contas relativas ao exercício que tiver findado;
- o) Reunir com o Conselho Fiscal e prestar-lhe contas, bem como facultar-lhe os livros, documentos e todos os esclarecimentos de que necessite;
- p) Manter actualizada e exacta a contabilidade da Colectividade;
- q) Patentear na sede da Colectividade, para exame dos associados durante os oito dias anteriores à data da realização da Assembleia Geral para apresentação de contas, toda a documentação e livros de escrituração;
- r) Propor à Assembleia Geral os quantitativos da jóia, quotas ou quaisquer outras contribuições regulares e obrigatórias dos associados.

Art.º 49.º Competências do Presidente da Direcção:

- a) Presidir às reuniões da Direcção;
- b) Representar a Colectividade em actos oficiais ou propor delegação dessa atribuição;



- c) Assinar todas as actas das reuniões em que participe e rubricar todos os livros de tesouraria;
- d) Orientar e coordenar toda a actividade da Direcção;
- e) Assinar os cartões para associados;
- f) Convocar as reuniões extraordinárias da Direcção.

Art.º 50.º Competência do Vice-Presidente de Direcção:

- a) Colaborar com o Presidente da Direcção na orientação das actividades da Direcção;
- b) Coordenar as actividades do(s) departamento(s) a seu cargo;

Art.º 51.º Competências do Tesoureiro:

- a) Ter sob sua guarda e à sua responsabilidade todos os valores da Colectividade;
- b) Receber os rendimentos da Colectividade e assinar os recibos;
- c) Satisfazer as despesas autorizadas;
- d) Assinar os cheques conjuntamente com outro membro da Direcção creditado para tal;
- e) Controlar a escrituração do movimento financeiro da Colectividade;
- f) Apresentar mensalmente, à Direcção e ao Conselho Fiscal, um relatório do movimento financeiro do mês anterior.

Art.º 52.º Competência do Secretário:

- a) Secretariar as reuniões da Direcção e redigir as respectivas actas;
- b) Supervisionar o movimento de expediente e secretaria;
- c) De modo geral velar pelo bom andamento das decisões tomadas.

Art.º 53.º Competência dos Vogais:

- a) Substituir o Tesoureiro e Secretário nos impedimentos destes e com ele colaborar em todas as suas funções;
- b) De modo geral velar pelo bom andamento das decisões tomadas.



SECÇÃO IV

CONSELHO FISCAL

- Art.º 54.º** O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Secretário e um Relator. Compete-lhe fiscalizar a actividade administrativa e financeira da Colectividade, dar parecer sobre o Relatório e Contas apresentado pela Direcção.
- Art.º 55.º** O Conselho Fiscal reúne sempre que o seu Presidente o convoque.
- Art.º 56.º** De todas as reuniões do Conselho Fiscal serão lavradas actas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes.
- Art.º 57.º** Competência do Conselho Fiscal:
- a) Examinar regularmente a contabilidade da Colectividade;
 - b) Conferir, regularmente, as contas do Tesoureiro, a caixa e os depósitos bancários;
 - c) Dar pareceres sobre as questões que lhe forem solicitadas pela Direcção;
 - d) Apresentar à Assembleia Geral o seu parecer sobre o Relatório e Contas da Direcção e outros actos administrativos da Direcção;
 - e) Solicitar a convocação da Assembleia Geral sempre que o julgue necessário;
 - f) Assistir às reuniões de Direcção, embora sem direito a voto;
 - g) Apresentar à Direcção as sugestões que entender serem de interesse para a vida da Colectividade.
- Art.º 58.º** Competência do Presidente do Conselho Fiscal:
- a) Presidir às reuniões do Conselho Fiscal;
 - b) Convocar as reuniões extraordinárias do Conselho Fiscal ;
 - c) Examinar a contabilidade da Colectividade;
 - d) Conferir as contas do Tesoureiro, a caixa e os depósitos bancários;
 - e) Assistir às reuniões de Direcção, sem direito a voto.



Art.º 59.º Competência do relator do Conselho Fiscal:

- a) Redigir os pareceres do Conselho Fiscal;
- b) Coadjuvar o Presidente do Conselho Fiscal no exame da contabilidade e conferência das contas do Tesoureiro, da caixa e depósitos bancários;
- c) Assistir às reuniões de Direcção, embora sem direito a voto.

Art.º 60.º Competência do Secretário do Conselho Fiscal:

- a) Redigir as actas das reuniões do Conselho Fiscal e passá-las para o respectivo livro de actas;
- b) Dar seguimento ao expediente do Conselho Fiscal;
- c) Colaborar com o Presidente e o Relator na execução das suas tarefas.
- d) Assistir às reuniões de Direcção, embora sem direito a voto;

CAPITULO IV

ELEIÇÕES

Art.º 61.º A organização de processo eleitoral compete à Mesa da Assembleia Geral, que deve:

- a) Marcar a data e local das eleições;
- b) Convocar a Assembleia-geral Eleitoral, com um mínimo de 30 dias de antecedência;
- c) Verificar quais os associados que estão em condições de votar legalmente;
- d) Verificar a legalidade das candidaturas;
- e) Divulgar as listas concorrentes;
- f) Mandar imprimir as listas de voto.

Art.º 62.º 1. As candidaturas terão de ser subscritas por um número de 20 associados em pleno gozo dos seus direitos.



2. As candidaturas devem ser apresentadas à Mesa da Assembleia Geral, através de listas com o nome e número de associado dos candidatos, termo colectivo da aceitação e um programa de acção.

3. Os associados subscritores das candidaturas deverão identificar-se com o nome completo e legível, assinatura e número de associados.

4. Nas listas das candidaturas terão de constar todos os órgãos da Colectividade a eleger, bem como as funções que cada um dos candidatos se propõe desempenhar.

5. A apresentação das candidaturas deverá ser feita com a antecedência mínima de quinze dias da data da Assembleia Eleitoral.

Art.º 63.º

1. A Mesa da Assembleia Geral, no prazo de três dias a seguir à data limite para entrega das candidaturas deverá verificar se estas estão regulares.

2. No caso de haver irregularidade, as listas das candidaturas serão devolvidas aos associados subscritores, que devem rectificá-las e voltar a entregá-las no prazo de três dias úteis.

3. Findo o prazo indicado no número 1 deste artigo, a Mesa da Assembleia Geral decidirá nas vinte e quatro horas seguintes pela aceitação ou rejeição das candidaturas, salvo ocorrendo a circunstância referida no número 2, caso em que o prazo para decidir da aceitação ou rejeição das candidaturas terminará ao sétimo dia da data limite marcada para a recepção da mesma.

Art.º 64.º

1. Cada lista concorrente deverá indicar o seu delegado, o qual deverá ser mencionado na apresentação da respectiva candidatura.

2. O delegado indicado por cada lista será o seu representante para os contactos com a Mesa da Assembleia Geral e para fiscalização do acto eleitoral.

Art.º 65.º

As listas concorrentes às eleições, depois de aceites as candidaturas pela Mesa da Assembleia Geral, deverão ser por esta afixadas nas instalações sociais e no local das eleições.

Art.º 66.º

Os boletins de voto terão formato rectangular com as dimensões de A6, impressos a preto, dividem-se em: em papel branco, forte liso, sem marcas ou sinais exteriores e conterão apenas a indicação das listas concorrentes identificadas por uma letra e um quadrado onde os associados votantes oporão uma cruz na lista escolhida.

Art.º 67.º

1. Os associados, antes da votação, devem identificar-se mediante a apresentação do cartão de associado.



2. Na falta de cartão de associado, devem identificar-se com o bilhete de identidade, para que, perante o ficheiro de associados, se possa comprovar a sua qualidade de associado.

Art.º 68.º

1. O voto é pessoal e secreto.
2. Não é permitida a votação por correspondência
3. São considerados votos nulos os boletins entrados nas urnas que estejam riscados ou contenham qualquer anotação.

Art.º 69.º

1. Quando a votação terminar proceder-se-á imediatamente à contagem de votos, à elaboração da acta com os resultados, sua leitura e afixação do apuramento em local bem visível, das instalações sociais e local das eleições.
2. Os resultados apurados são provisórios até que decorram três dias úteis sobre a data da eleição e desta não tenha havido recurso.
3. Findo o prazo fixado no número 2 deste artigo, a Mesa da Assembleia Geral proclamará os resultados definitivos.

Art.º 70.º

1. Os delegados das listas concorrentes poderão apresentar recurso dos resultados apurados, com fundamento em irregularidades comprovadas, o qual deverá ser entregue à Mesa da Assembleia Geral até ao segundo dia útil seguinte ao encerramento da Assembleia Eleitoral.
2. A Mesa da Assembleia Geral, conjuntamente com o Conselho Fiscal, apreciará o recurso no prazo de quarenta e oito horas e comunicará, por escrito, ao recorrente a sua decisão.
3. Os resultados serão então proclamados definitivamente.

Art.º 71.º

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante conferirá posse aos dirigentes eleitos, no prazo de oito dias após os resultados definitivos.

CAPÍTULO V

REGIME PATRIMONIAL E FINANCEIRO

Art.º 72.º

O património da Colectividade é constituído por todos os bens corpóreos e incorpóreos que a Colectividade possua ou venha a possuir e é indivisível.

Art.º 73.º

1. As receitas da Colectividade dividem-se em:



- a) Ordinárias;
- b) Extraordinárias.

2. Constituem receitas ordinárias:

- a) O produto de quotas, jóias, cartões de identidade, venda de Estatutos, de emblema, etc.;
- b) Juros ou rendimentos de valores da Colectividade;
- c) Rendimentos de actividades tais como, teatro, cinema, etc.;
- d) Rendimentos de publicidade feita nas instalações;
- e) Rendimentos de competições e actividades desportivas;
- f) Rendimentos de actividades de carácter recreativo;
- g) Rendas e alugueres;
- h) Outros rendimentos não especificados.

3. Constituem receitas extraordinárias:

- a) Subsídios e donativos em dinheiro;
- b) Receitas angariadas para fazer face às despesas extraordinárias;
- c) Alienação de bens patrimoniais e material usado ou dispensável;
- d) Indemnizações.

Art.º 75.º 1. As receitas ordinárias destinam-se à satisfação da totalidade das despesas ordinárias, não podendo ser consignadas.

2. As receitas extraordinárias poderão ser consignadas à satisfação de despesas extraordinárias.

Art.º 76.º É obrigatória a elaboração anual do orçamento das receitas e despesas pela Direcção em exercício, o qual deverá ser discriminado por sectores de actividade.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Nos casos omissos no presente Regulamento Geral Interno serão resolvidos pela Assembleia Geral.



Associação Cultural e Recreativa de Benespera – Regulamento Geral Interno

Este Regulamento Geral Interno foi aprovado em três de Março de 2006, em Assembleia Geral extraordinária expressamente convocada para o efeito.

Benespera, 03 de Março de 2006

O Presidente de Direcção,

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

José de Jesus Gonçalves

António Pires Ramos